

# NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 02 de dezembro de 1999

Ano 1 Nº 17

## CPI das Agências tem eleição tumultuada

O deputado Onofre Agostini (PFL) presidiu a sessão que instalou oficialmente nesta quarta-feira (1º) a Comissão Parlamentar de Inquérito requerida pelo deputado Ronaldo Benedet (PMDB). A CPI criada em 23 de novembro é composta pelos deputados Onofre Agostini (PFL), Ciro Roza (PFL), Milton Sander (PPB), Jorginho Mello (PSDB), Joares Ponticelli (PPB), Ronaldo Benedet (PMDB), Jaime Duarte (PPS), Moacir Sopelsa (PMDB) e Francisco de Assis (PT). O objetivo é apurar o resultado da concorrência pública 001/99, na qual as agências Propague, Artplan e Carlos Paulo conquistaram toda a publicidade oficial do governo do Estado, bem como denúncias de contratação de publicidade sem licitação a partir de 1º de janeiro de 99.

O fato inusitado da eleição foi a apresentação das candidaturas de Ponticelli e Roza, ambos da base governista, para a presidência e relatoria, respectivamente. É de praxe que uma dessas funções seja ocupada por um dos deputados oposicionistas. Contrária a esta formação, a oposição apresentou como candidatos Benedet e Assis e se retirou



Deputados de oposição se retirando do processo eletivo

da sessão, não participando do processo de eleição. “É uma vergonha para o parlamento catarinense”, afirmou Benedet. A indignação foi reforçada pelo líder do PT, Francisco de Assis. “Isso vai repercutir mal e demonstra que o governo teme a apuração de irregularidades.”

Com a retirada dos deputados da oposição, a base governista elegeu

Ponticelli presidente e Roza relator da CPI. Milton Sander disse que a licitação foi aprovada pelo Tribunal de Contas e que Benedet fez acusações antecipadas. “Ele queria fazer palanque político.” Ponticelli defendeu-se das acusações. “Estão antecipando o juízo sobre a inexistência de um fato”, afirmou o parlamentar, que na próxima semana vai divulgar o roteiro dos trabalhos da CPI.

## Governo não muda cronograma de pagamento dos atrasados

A Comissão de Fiscalização, presidida pelo deputado Jaime Mantelli (PDT), promoveu nesta semana uma audiência pública sobre o Ipsc. Presentes os secretários da Administração, Celestino Secco, e da Fazenda, Antonio Carlos Vieira, o presidente do Ipsc, Eloy Ranzi, representantes dos servidores e pensionistas. A grande indagação foi a disponibilidade do governo em pagar os salários atrasados dos servidores estauais com a sobra de caixa do Tesouro e da conta da federalização. Vieira disse que os R\$ 37 milhões disponíveis serão utilizados para pagar o restante do 13º dos aposentados e pensionistas.

Para Mantelli o governo assumiu pela primeira vez que não tem vontade política de pagar os salários atrasados conforme o cronograma estabelecido, uma dívida na ordem de R\$ 241 milhões referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1998.

Ranzi declarou que o Ipsc deve R\$ 22 milhões, relativos ao ano passado, às clínicas. Secco frisou que a solução para os problemas de caixa do governo passa pela implantação do Fundo de Previdência, que será elaborado pela Udesc com base na avaliação de bens móveis do Estado.

**Comissão de Educação discute vagas para ensino médio**

Página 4

**Projeto institui política de prevenção à Aids e DST**

Página 5

**Sessenta anos do Correio Lageano é lembrado na AL**

Página 8

## OPINIÃO

### Salários atrasados ainda sem solução



O governador Esperidião Amin, durante a sua campanha, divulgava sempre em seus pronunciamentos e em veículos de comunicação que o pagamento dos salários atrasados do funcionalismo público era um compromisso e que, portanto, não economizaria esforços para saldá-lo. Chegava a mostrar contracheques utilizando-os como bandeira de campanha. Porém, passados doze meses, a situação manteve-se inalterada.

Não podemos negar, é claro, que o governo anterior tem sua parcela de culpa quando permitiu o atraso dos salários do funcionalismo, pois aquele que trabalha não pode ficar sem o direito sagrado de receber o seu pagamento. Um preço para o governo passado que, certamente, custou o resultado das eleições, embora os adversários políticos tenham utilizado várias medidas para inviabilizar a administração nos dois últimos anos de mandato.

Precisamos reconhecer também que o atual governo do Estado tem procurado meios para saldar a dívida, realizando operações para levantar recursos, o que o governo anterior não conseguiu.

No entanto, mesmo com a federalização da dívida do Ipesc e o aumento da receita, o nosso servidor vem recebendo os seus salários a conta-gotas. Servidor esse que na sua quase totalidade buscou crédito no seu contracheque especial ou no crediário do comércio. E hoje a dívida é duas vezes maior, enquanto o seu salário continua congelado. A dívida não é do titular do governo, mas do Estado.

O funcionalismo merece respeito e consideração por parte dos governantes. Essa parcela expressiva da população catarinense está atenta e tem que cobrar do Estado aquilo que lhe é de direito. Caberá agora, ao atual governo, manter o discurso de campanha. O Governador não pode esquecer que no dia da posse, enquanto o governo que saía dizia sair feliz, o governo que assumia afirmava que só seria feliz no dia em que não tivesse mais nenhum funcionário sem salário atrasado. Infelizmente, pelo que sabemos e pelas informações da Secretaria da Fazenda, dificilmente essa dívida será paga no ano 2000. Dessa forma, parece-me que o atual governo poderá passar todo o seu mandato infeliz.

**Deputado Moacir Sopelsa (PMDB)**

### Luta comum pelo Sul



Em nossos pronunciamentos em Plenário, bem como nas ações políticas fora da Assembléia Legislativa, temos sempre enfatizado a necessidade de uma ação conjunta em prol da região Sul do Estado. Tanto que, mesmo quando apresentamos propostas de nossa iniciativa pessoal, nos empenhamos em envolver os demais parlamentares do Sul por entendermos que, acima de questões partidárias, estão os interesses de toda uma população que precisa, urgentemente, da solução para inúmeros problemas.

De fato, não obstante os esforços do governo Estadual, a gravidade dos problemas do Sul exige iniciativas fortes e concretas. Não que as demais regiões catarinenses não tenham problemas sérios. Mas, ao longo de décadas, a rica – por natureza – área carbonífera acumulou problemas ambientais, econômicos e sociais que estão a exigir resgate imediato, sob pena de tornarem-se irreversíveis.

O governo do Estado, nós, parlamentares e a iniciativa privada da região estão tomando medidas arrojadas que, acreditamos, equacionam

em definitivo os problemas daquela castigada região. Estão na pauta a construção da Barragem do Rio São Bento (em Siderópolis), a termelétrica (em Treviso) e projetos como aproveitamento do potencial pesqueiro, da lavoura de arroz, da produção de mel e outros. Sem esquecer, é claro, da luta pela duplicação da BR-101. Tudo isso passa pela união das forças políticas da região.

Com relação à Barragem do Rio São Bento – que tem o empenho pessoal do Governador e o apoio do próprio Presidente da República – basta dizer que ela irá suprir de água potável uma comunidade de quase 300 mil habitantes. Hoje inúmeros terrenos na área urbana da região Carbonífera não podem receber moradias simplesmente porque não há abastecimento de água. Inclusive, empresas evitam instalar-se ali, pelo mesmo problema.

Os estudos para a barragem foram procedidos pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Eles atestaram que, com a barragem, o problema da falta de água estaria solucionado na região pelos próximos 30 anos. Os recursos para a obra são federais e internacionais (em torno de R\$ 50 milhões) e o esforço, nosso – governo do Estado e parlamentares.

**Deputado Valmir Comin (PPB)**

#### Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)  
 1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)  
 2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)  
 1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)  
 2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)  
 3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)  
 4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PFL)  
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina  
 Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC  
 E-mail: imprensa@alesc.sc.gov.br

#### Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz  
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974  
 Editoração e Diagramação: Soraia Boabaid  
 Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, com a colaboração dos assessores de bancadas  
 Fotografia: Jonas Lemos Campos,  
 Maria do Carmo Kravchychyn,  
 Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Alberto Neves  
 Distribuição: Setor de Expedição da Divisão de Imprensa  
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC



## GERAL

## Knaesel recebe comitiva de universidades argentinas

Com o objetivo de criar novos intercâmbios nas áreas de pesquisa, ensino e ações sociais, uma comitiva de representantes da Fundação Innova e da Fundação Universitária do Rio da Prata, ambas da Argentina, reuniram-se nesta semana com o presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB). Uma das grandes preocupações apontadas no encontro foi a necessidade de preservar as relações políticas e sociais entre Brasil e Argentina, apesar de as divergências que ocorrem atualmente na área econômica entre os dois países.

As duas fundações demonstraram interesse especial em desenvolver parcerias com as universidades catarinenses na área de pesquisa, abrangendo educação, saúde, trabalho, microempresas, meio ambiente, justiça e imprensa, além de outras atividades acadêmicas e campanhas sociais.



(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Presidente reunido com dirigentes de Universidades Argentinas

Países como Espanha, França e Estados Unidos, por exemplo, já têm diversas universidades que trabalham em parceria

com as fundações. No Brasil, atualmente a única parceria realizada é com a Fundação Getúlio Vargas.

### Ministério Público apresenta projeto

Cerca de vinte representantes do Ministério Público, da Capital e do interior do Estado, foram recebidos pelo presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), e entregaram projeto de lei orgânica que tem como objetivo dar novas atribuições ao órgão, garantindo a este maior autonomia administrativa e financeira.

Knaesel garantiu agilidade na tramitação da matéria, declarando sua simpatia ao projeto, lembrando ser ele próprio defensor do direito dos órgãos públicos de definir sua própria estrutura e serem dotados de maior autonomia do que acontece atualmente. O presidente ressaltou a importância do acompanhamento e participação dos representantes do Ministério Público durante a tramitação do projeto, o que pode acelerar o andamento dos trabalhos.

## Homenagem à Anistia e Novembrada

Por proposição do deputado Jaime Duarte (PPS) a Assembléia realizou nesta terça-feira sessão especial para comemorar o 20º aniversário da promulgação da Lei da Anistia (agosto de 1979) e do movimento popular conhecido como "Novembrada". Na mesma sessão, por indicação do deputado Pedro Uczai (PT), foram lembrados os 51 anos da Declaração dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Estiveram presentes à homenagem representantes de vários segmentos ligados a movimentos sociais como União Catarinense de Estudantes, professores universitários, o secretário da Justiça, Paulo César Ramos de Oliveira, e três dos estudantes que lideraram a Novembrada (movimento que repudiou publicamente a visita do ditador general João Batista de Figueiredo em Florianópolis), Hamilton Alexandre, Geraldo Barbosa e Rosângela Koerich. Na ocasião foi prestada homenagem póstuma ao líder estudantil Adolfo Luiz Dias, falecido este ano.

Para Remy Fontana, professor do Departamento de Ciências Sociais da

UFSC e ex-membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Florianópolis, "além da homenagem prestada aos fatos e datas que motivaram a sessão, podemos ainda registrar os incontáveis anos de luta do povo brasileiro contra estruturas de exploração e de opressão seculares".

O professor declarou também que "a população da Capital, neste episódio memorável, credencia-se a um reconhecimento político pelo serviço prestado à causa da restauração democrática nacional. E que possamos aqui recuperar a lição que Florianópolis nos legou. E esta consiste em que o autoritarismo, como regime de força, não pode prevalecer sobre a vontade mobilizada da cidadania".

Após os pronunciamentos dos convidados, vários parlamentares usaram a tribuna e se solidarizaram com os movimentos contra a opressão e a exclusão. Falaram, além dos proponentes da cerimônia, Jaime Duarte e Pedro Uczai, os parlamentares Neodi Saretta (PT), Ronaldo Benedet (PMDB) e Nelson Goetten (PPB).

## COMISSÕES

### Vagas em escolas públicas

**P**rofessores, pais e alunos de diferentes regiões do Estado participaram nesta segunda-feira de reunião promovida pela Comissão de Educação, presidida pelo deputado Joares Ponticelli (PPB), para apresentação por parte da Secretaria de Educação dos planos do governo para o ensino médio, tratando basicamente do reordenamento nas escolas públicas. Diversos abaixo-assinados foram entregues à secretária Mirian Schlickmann, mostrando o desespero das comunidades com a falta de vagas, que prometeu estudar os casos separadamente.

Nara Capeler, diretora da Secretaria declarou que o Plano de Ensino Médio tem diversas metas: formação e capacitação de professores, ampliação da oferta de vagas, aquisição de equipamentos, diminuição da evasão escolar



Comissão de Educação debate ensino médio

e aumento dos percentuais de aprovação. Sobre o reordenamento, disse que era uma exigência do Ministério da Educação e que as diretrizes tratavam da absorção, entre duas ou três escolas próximas, de alunos dos ensinos médio e fundamental, respeitando a faixa etária.

A presidente do Sinte, Marta Vanelli, alertou que a separação dos ensinos médio e fundamental está revoltando as comunidades de todo o Estado, enfatizando que não houve discussão sobre as diretrizes apontadas pela Secretaria de Educação na audiência pública.

### Depoimento CPI Besc

Foram quase três horas de depoimento de Mércio Felsky, ex-presidente do banco no período de 91/94. Inquirido pelos membros da comissão, afirmou que em nenhum momento em que esteve à frente da instituição financeira houve problemas de liquidez e muito menos riscos de intervenção do Banco Central. “Deixei o BESC como o 3º maior banco em liquidez do país. Quando assumi o patrimônio líquido era de US\$ 48 milhões e ao final da gestão subiu para US\$ 152 milhões”. Disse ainda que nunca autorizou concessões de empréstimos sem autorização do Comitê de Crédito.

Para o presidente da CPI, deputado Onofre Agostini (PFL), o depoimento foi “lúcido, claro e objetivo” e convenceu os deputados da comissão, não deixando dúvidas de que a situação do banco durante sua gestão era positiva.

### Mendonça propõe criação da Comissão do Mercosul

Por entender que o Legislativo precisa dar atenção especial aos assuntos pertinentes ao Mercosul que, de maneira objetiva, representa matéria de fundamental importância para o desenvolvimento do Estado e da região sul do Brasil, o deputado Rogério Mendonça (PMDB) apresentou projeto de resolução sugerindo a criação da Comissão do Mercosul entre as comissões permanentes da Assembléia.

Ele reconhece que a idéia surgiu após o acompanhamento, pela imprensa, de várias questões relacionadas ao Mercado Comum do Sul. “E em algumas ocasiões

com objetos bastante polêmicos à produção catarinense. Por isso considero importante a criação de um colegiado especializado e único, no sentido de discutir, apreciar e promover o encaminhamento de propostas peculiares”, resume.

De acordo com o projeto, a comissão estaria encarregada de debater as políticas e os sistemas de gestão e desenvolvimento do Mercosul, bem como a organização institucional e as relações de produção e consumo. Atualmente os temas referentes ao comércio entre os países do Sul são debatidos na Comissão de Agricultura.

### Universidades discutem verba para pesquisas

Representantes do setor agropecuário, da Universidade Federal de Santa Catarina e universidades particulares de todo o Estado participaram da reunião convocada pela Comissão de Agricultura nesta terça-feira no Plenarinho da Assembléia. O presidente da comissão, deputado Gelson Sorgatto (PMDB), colocou em discussão o decreto governamental do dia 6 de outubro, que anulou a dotação orçamentária de R\$ 35,3 milhões do Fundo de Ciência e Tecnologia (Funcitec) e Fundo Rotativo de Estímulo à Pesquisa Agropecuária (FEPA). O artigo 193 da Constituição Estadual de-

termina que o orçamento do Estado deve destinar 1% da verba para cada um desses fundos.

Sorgatto disse que em função destes cortes as pesquisas nas universidades estão comprometidas, trazendo prejuízos para Santa Catarina principalmente nos setores da agricultura, pecuária e fruticultura. “Estão paralisados estudos, pesquisas, experiências e trabalhos científicos”, afirmou. Do encontro saiu uma solicitação que será encaminhada ao governador Esperidião Amin, pedindo medidas urgentes para que se reveja a decisão que anulou a dotação orçamentária para estas pesquisas.



## PLENÁRIO

# Rodovias catarinenses terão nova sinalização

*“Nossas rodovias são desprovidas da sinalização necessária à garantia da segurança e integridade dos usuários”*

Melhor visualização nas estradas estaduais. Este é o objetivo do projeto de lei do deputado Ivan Ranzolin (PPB) aprovado esta semana. A matéria determina a obrigatoriedade de colocação de sinalização vertical e horizontal, além de dispositivos e sinalização auxiliares nas rodovias estaduais, bem como nas rodovias cuja administração e manutenção esteja sob a responsabilidade do Estado ou de empresas privadas. A sinalização será colocada em posição e condições que a tornem perfeitamente visível e legível durante o dia e a noite, em distância compatível com a segurança do trânsito, conforme normas e especificações do Contran e determinações do Código de Trânsito Brasileiro.



Fica o órgão de trânsito do Estado obrigado a readequar a sinalização indicativa de limite de velocidade. Será concedido um prazo de doze meses para a implantação das determinações contidas na presente lei.

Em sua justificativa o deputado autor explicou que “basta trafegar pelas rodovias estaduais para verificar que as mesmas encontram-se, na maioria dos casos, desprovidas da sinalização necessária à garantia da segurança e integridade de seus usuários. O Código de Trânsito Brasileiro, em seu artigo 80, determina a colocação de sinalização em via pública. Logo esta iniciativa de projeto de lei tem um caráter complementar à legislação federal.

## Política de prevenção e controle de DST/AIDS

Por ocasião do Dia Mundial da Luta Contra a Aids, 1º de dezembro, os deputados Volnei Morastoni e Ideli Salvatti, ambos do PT, deram entrada a projeto de lei que institui a Política Estadual de Prevenção e Controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Aids e dispõe sobre a discriminação aos portadores do vírus HIV. Pela proposta, tal política se dará através de medidas pedagógicas, da divulgação de informações sobre DST/Aids como campanhas públicas, palestras, debates, cartazes informativos, vídeos educativos, mensagens em estádios de futebol, ginásios desportivos, cinemas, veiculação em emissoras de rádio e televisão, além de outros locais de acesso público. O projeto também prevê sanções administrativas, civis e penais aos casos identificados de discriminação aos portadores de HIV ou doentes de Aids.

Pelo projeto o acesso ao diagnóstico laboratorial da infecção pelo HIV será facilitado através da implantação de rede de aconselhamento pré e pós teste anti-HIV na rede pública de saúde. Com exceção dos casos de doação de sangue,

órgãos e esperma, fica vedada a obrigatoriedade do teste para detecção do vírus. Morastoni acrescenta que o governo do Estado fica responsável em proporcionar tratamento e medicamentos aos portadores e doentes de Aids, via Sistema Único de Saúde (SUS), assim como a realização de testes anti-HIV para gestantes.

### Dados sobre municípios

Aprovada proposta de autoria do deputado Gelson Sorgato (PMDB) determinando a obrigatoriedade dos municípios catarinenses em divulgar seus dados peculiares em placas a serem afixadas nos acessos rodoviários. Deverão constar o número de habitantes, a atividade principal do município, a altitude, data de emancipação político-administrativa e município de origem e principais pontos turísticos.

## Alojamento para policiais civis

Policiais civis terão alojamentos individuais. É o que determina projeto de lei de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PFL) aprovado e que institui a obrigatoriedade do governo do Estado em construir alojamentos individuais para policiais civis em todos os municípios de Santa Catarina, começando por aqueles de maior contingente populacional. De acordo com o projeto, entende-se por unidade habitacional casa ou apartamento com dois dormitórios, banheiro, sala e cozinha, com acabamento normal, capaz de

abrigar o policial civil e sua família.

O Executivo também poderá reservar apartamentos ou casas em conjuntos habitacionais a serem construídos pela Cohab, em quantidade suficiente para atender o que preconiza a lei. Fica estabelecido que enquanto não forem disponibilizados os alojamentos individuais de que trata esta lei, o governo concederá a título de auxílio-moradia, ao policial civil transferido, a importância de dois salários mínimos pelo prazo de seis meses.

## PLENÁRIO

# Odete preocupada com saúde de adolescente e discriminação da mulher

**E**quipes compostas por médicos, enfermeiros e psicólogos, entre outros, vão prestar trabalhos como tratamento de saúde, exame de HIV, orientação sobre planejamento familiar e distribuição de preservativos às adolescentes catarinenses. Preocupada com a saúde dos jovens, a deputada Odete de Jesus Nascimento (PPB) obteve aprovação de projeto que autoriza o Executivo a instituir o Serviço de Atendimento Médico Social – SAM, através de unidades móveis.

As organizações que atuam com seguro no Estado e as empresas de assistência médica que prestam serviços através de planos de saúde deverão contribuir com a doação de unidades móveis, como forma de ressarcir as despesas com o atendimento de associados de seguros e planos de saúde nos hospitais públicos. As doações serão feitas à Secretaria da Saúde, sendo uma unidade móvel para cada grupo de 100 mil associados.



Deputada Odete de Jesus Nascimento

### Atos discriminatórios

Em outro projeto aprovado, também da parlamentar, fica proibido atos discriminatórios ou atentatórios contra a mulher no decorrer de processo seletivo para admissão durante a jornada de

trabalho e na sua demissão. Consideram-se como atos discriminatórios revistas íntimas em local inadequado; exigência de boa aparência como requisito para admissão; manutenção de aberturas em instalações sanitárias destinadas a controlar o tempo de permanência da mulher no local; inexistência de vestiário feminino quando houver necessidade de utilização de uniformes; restrição para fim de admissão ao emprego, em razão do estado civil e da existência de filhos; exigência de comprovante de não estar grávida ou rescisão do contrato de trabalho por gravidez ou casamento e, ainda, inobservância de isonomia salarial em razão de sexo.

De acordo com o projeto, as empresas infratoras estarão sujeitas a advertência. Poderão ainda sofrer interdição do estabelecimento, inabilitação para licitação estadual de obra ou serviço, indeferimento de eventual pedido de parcelamento de débito tributário e suspensão por até um ano da licença de funcionamento.

## Nova regulamentação para controladores de velocidade

Os controladores eletrônicos de velocidade para autuação automática de infrações de trânsito devem ser precedidos de três placas de advertência, com intervalos de cem metros entre as mesmas, seguida da distância que separa a placa do equipamento. Projeto aprovado de iniciativa do deputado Ciro Roza (PFL) regulamenta este assunto. Nos controladores associados a semáforos é facultada a instalação de apenas duas placas de advertência. A matéria também determina que a instalação de lombadas eletrônicas, em áreas urbanas e rodovias, deverá estar associada à travessia de

escolares ou intensa movimentação de pedestres, devendo nestes casos estarem acompanhadas de correspondente sinalização.

### Foto-sensores

Já projeto do deputado Altair Guidi (PPB) determina que o Detran e o DER enviem simultaneamente ao infrator o valor da multa e a foto do momento da infração, captada pelos foto-sensores. Desta forma, o parlamentar enfatiza que não haverá dúvida de que realmente a infração foi cometida, facilitando assim a defesa ampla do cidadão, assegurada pela Constituição Federal.

## Salva-vidas em áreas de lazer

Aprovado projeto de lei de autoria do deputado Manoel Mota (PMDB) que obriga a disponibilidade de salva-vidas habilitados em áreas recreativas exploradas economicamente que ofereçam opção aquática de lazer. Nisso estão incluídos os campings, clubes, parques, estações termais e hidrominerais, hotéis e pousadas. A obrigatoriedade, de acordo com a lei, é limitada à temporada de verão e à realização de eventos.

## Prevenção à droga

O Poder Executivo vai instituir um fundo voltado à prevenção, recuperação e repressão ao uso indevido de drogas em Santa Catarina. Neste sentido foi aprovado projeto de lei de autoria do deputado Adelor Vieira (PFL). Constituem recursos do fundo dotações do orçamento do Estado, doações, contribuições e auxílios de origem pública ou privada, nacionais e internacionais, que serão destinados à execução de objetivos relacionados à prevenção, recuperação e repressão ao uso indevido de drogas.

## Limpeza de reservatório d'água

Também aprovado projeto de lei de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira (PPB) que determina que os prédios privados e públicos, comerciais e residenciais de Santa Catarina, que utilizem reservatórios para armazenamento de água destinada ao consumo humano ficam obrigados a proceder a

sua manutenção, garantindo a preservação da qualidade da água recebida. Determina a nova lei que a manutenção da qualidade da água após sua reservação será atestada pelas secretarias municipais de saúde mediante a emissão de certificado de inspeção e qualidade sanitária.



## Isenção de ICMS para veículos de deficientes

O governo do Estado poderá ser autorizado a conceder isenção de ICMS na aquisição de veículos automotores para pessoa portadora de deficiência física ou destinados ao transporte de portadores de deficiência. Projeto do deputado Nelson Goetten (PPB) determina também que as entidades sem fins lucrativos que trabalham com deficientes poderão conseguir o benefício. Já o portador de deficiência física que

comprovar ser o veículo seu meio de locomoção e instrumento de trabalho poderá obter a isenção.

De acordo com o projeto, a alienação do veículo adquirido nos termos desta lei, antes de três anos, a pessoas que não sejam portadoras de deficiência acarretará no pagamento pelo alienante do tributo dispensado quando da aquisição do mesmo, atualizado na forma da legislação.

## Criado Conselho Indígena

De origem governamental, foi aprovado projeto de lei criando o Conselho Estadual dos Povos Indígenas, órgão colegiado de caráter permanente com a participação do governo, sociedade civil e grupos indígenas.

O conselho tem a finalidade de promover políticas públicas que contemplem as minorias indígenas do Estado, fomentando a igualdade de direitos e garantindo o exercício da cidadania em sua plenitude.

## Fundo de Apoio ao Emprego

As regiões catarinenses onde, segundo dados do SINE, houver maior concentração de desempregados e menores índices de oferta de emprego, serão atendidos pelo Fundo de Apoio de Geração de Emprego e Renda. É o que determina o projeto de lei do deputado Nelson Goetten (PPB) que prevê a criação do fundo já para o exercício de 2000/2005,

com o objetivo de viabilizar incremento na geração de emprego e renda.

Podem habilitar-se as empresas instaladas ou interessadas em se instalar nessas regiões. Entre os recursos do fundo estão a dotação orçamentária equivalente a 1% da receita estadual e doações de pessoas físicas e jurídicas.

## Tratamento diferenciado para obesos

De agora em diante teatros, cinemas e ônibus deverão ter assentos especiais reservados para pessoas obesas. Neste sentido foi aprovado projeto do deputado Sandro Tarzan (PTB) determinando que nos teatros e cinemas no mínimo 3% dos assentos sejam destinados para essas pessoas. Já os ônibus municipais e intermunicipais

deverão ter no mínimo um assento especial. O parlamentar disse que os obesos enfrentam desconforto físico e psicológico e que o projeto é uma forma de tratar essas pessoas com mais respeito. Após a sua regulamentação os responsáveis pelos empreendimentos terão prazo de 120 dias para fazer a adequação dos locais e dos ônibus.

## Proposições

**Deputados Francisco de Assis (PT) e Jaime Mantelli (PDT)** ao Secretário da Agricultura, pedindo que sejam devolvidos ao município de Lebon Régis os técnicos agrícolas e os veículos da Epagri e da Cidasc que prestavam serviços àquela comunidade essencialmente agrícola.

**Deputados Lício Mauro da Silveira (PPB) e Gelson Sorgato (PMDB)** ao Presidente da Telesc, que seja reavaliado o fechamento da agência regional da Telesc em Xanxerê.

**Deputado Rogério Mendonça (PMDB)** ao Secretário da Saúde, pedindo que sejam disponibilizados recursos para custeio aos pequenos hospitais do Alto Vale do Itajaí, que se encontram em dificuldades para pagar suas despesas.

**Deputado Romildo Titon (PMDB)** ao Presidente do Tribunal de Justiça, a criação de uma comarca para Piratuba, desmembrando da de Capinzal.

**Deputado Milton Sander (PP)** ao Governador do Estado, solicitando informações sobre as obras de construção do aterro sanitário de Chapecó, na localidade de Sede Trentin.

**Deputado Adelor Vieira (PFL)** ao Presidente da Telesc, sugerindo a digitalização da central telefônica de Irineópolis, a única que não foi contemplada.

**Deputado Ronaldo Benedet (PMDB)** ao Secretário da Agricultura, pedindo para que o Estado atenda as reivindicações da comunidade de Praia Grande, em virtude do vendaval ocorrido em 18 de abril passado que causou sérios danos a todos os setores daquele município.

**Deputado Jaime Mantelli (PDT)** ao Presidente do Tribunal de Justiça, para que seja implantada Comarca em Pouso Redondo, em atenção a ofício do prefeito local.

**Deputado Nelson Goetten (PPB)** ao Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que interfira na agilização da apreciação de projetos de manejo sustentado da Mata Atlântica.

**Deputado Lício Mauro da Silveira (PPB)** ao Ministro da Agricultura, solicitando a inclusão dos agentes de nível médio na carreira de "Fiscal da Defesa Agropecuária".

**Deputado Rogério Mendonça (PMDB)** ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Ibirama, cumprimentando pela passagem dos 102 anos de colonização.

**Deputado Gelson Sorgato (PMDB)** ao Prefeito de Maravilha, cumprimentando pela realização da X Feira Comercial e Industrial daquele município, realizada no último dia 25.

**Deputado Nelson Goetten (PPB)** ao Presidente do Jornal A Notícia, cumprimentando pelo recebimento do 7º Prêmio Expressão Ecológica na categoria "Jornal Verde".

**Deputado Moacir Sopelsa (PMDB)** ao Diretor do DNER-SC, solicitando medidas urgentes para que seja feita a sinalização do trecho da BR-470, nas proximidades de Trombudo Central.

**Deputado Romildo Titon (PMDB)** ao Presidente da Casan, solicitando melhorias urgentes no sistema de abastecimento de água de Curitiba.

## ESPECIAL

# Sessão Especial homenageia Correio Lageano

**E**m sessão presidida pelo deputado Gilmar Knaesel (PPB) nesta segunda-feira e por indicação dos deputados Ivan Ranzolin (PPB) e Sandro Tarzan (PTB) foram lembrados os 60 anos de existência do Jornal Correio Lageano.

Na oportunidade foi concedido o diploma de Honra ao Mérito a José Paschoal Baggio, diretor geral do jornal e um dos seus fundadores, representado no ato pela filha e também diretora Isabel Baggio. Ao agradecer a homenagem, ela afirmou que o Correio Lageano sempre lutou pela região serrana. Explicou que o veículo teve a oportunidade de acompanhar a trajetória dos mais importantes líderes catarinenses, os governadores que a região projetou, entre eles Nereu e Celso Ramos.

Ranzolin fez um relato da história do Correio Lageano e da importância para o desenvolvimento da região, lembrando que Santa Catarina está tendo a oportunidade de tomar conhecimento das coisas de Lages através das páginas deste



Knaesel e Isabel Baggio na homenagem ao Correio Lageano

(foto Jonas Lemos Campos)

“vigoroso veículo e de sua equipe, composta por brilhantes profissionais”.

Já Sandro Tarzan disse que é impossível separar a história política, econômica e cultural da região da própria história do jornal, destacando o espírito de luta pela liberdade e a verdade, além

da responsabilidade social.

O prefeito de Lages, Décio Ribeiro (PDT), destacou a luta dos diretores do jornal para colocá-lo à altura dos grandes periódicos do Estado e pela sua contribuição na tarefa de registrar a história da região e de sua gente.

## Wan-Dall defende pedágio na BR-470

O deputado Wilson Wan-Dall (PFL) esteve reunido em Blumenau com o governador Esperidião Amin, que atendeu ao apelo feito pelo Clube dos Diretores Lojistas e prometeu providências para a BR-470.

Segundo o parlamentar, a rodovia, em condições precárias de tráfego, era federal mas no governo passado foi delegada para o Estado. O problema é que nesse processo de transição não foram previstos

recursos orçamentários para a sua manutenção. Wan-Dall disse que o Governador deverá fazer um decreto de emergência para a manutenção da rodovia, até que seja decidido se a concessão será feita ou não. Na licitação realizada anteriormente a vencedora foi a empresa Ecovale, que está aguardando liberação do governo. “O Tribunal de Contas detectou falhas no processo de

licitação, mas até agora não deu um parecer final. Estou solicitando que a Comissão de Transportes vá ao TC pedir agilidade no parecer conclusivo”, afirmou Wan-Dall. Ele é defensor da concessão da rodovia. “A comunidade já absorveu a idéia da cobrança de pedágio porque quer uma rodovia mais segura, sem as mortes que diariamente são registradas por falta de segurança”.

## Agenda

**Dia 02**, às 18 horas, Sessão Solene em homenagem ao bispo Jerônimo Alves.

Local: Plenarinho

**Dia 06**, às 10 horas, CPI do BESC, depoimento de Francisco José Grossl, ex-diretor Financeiro do Banco. Local: Local: Plenarinho

**Dia 06**, às 14 horas, reunião da Comissão de Fiscalização. Apresentação do relatório final de prestação de contas/97.

Local: Sala das Comissões

**Dia 06**, às 17 horas, CPI do BESC, depoimento de Marcos Moser, atual diretor financeiro do Banco.

Local: Plenarinho

**Dia 08**, às 10 horas, CPE da Obras Públicas, com DNER, consórcio de empreiteiras e empresas fiscalizadoras. Local: Sala das Comissões

**Dia 08**, às 20 horas, lançamento do livro “Madame Hermet e outros contos fantásticos”, de Guy de Maupassant, traduzido pelas professoras Carmem Lúcia Cruz L. Gerlach e Maria José Werner Salles.

Local: Hall da Alesc